

**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES**  
**SOBRE A PROPOSTA DO PCP PARA REDUZIR IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**  
**DOS PEQUENOS AGRICULTORES**

17 Abril de 2015

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A importância da pequena produção agrícola, em contexto familiar, na nossa Região é um facto incontestável. É consensual que o essencial da estrutura da nossa produção agrícola, base da economia regional, é constituída por pequenas explorações, quer em superfície agrícola, quer em termos do valor da sua produção.

No entanto, o rendimento destes produtores tem vindo a reduzir-se por força de uma multiplicidade de factores. Desde logo, pelo aumento dos custos com combustíveis e outros factores mas também, e de forma decisiva e central, pela queda do preço pago pela sua produção.

A liberalização dos mercados de produtos agrícolas, a política agrícola neoliberal europeia, teve, em Portugal e também nos Açores, um efeito extremamente negativo sobre os rendimentos dos pequenos produtores, desincentivando a produção, empurrando muitos agricultores para o abandono da actividade, ampliando os fenómenos de êxodo rural e desertificação.

Também os pequenos agricultores foram duramente atingidos pelo programa de austeridade cega e brutal que atingiu e atinge todos os portugueses. Só que, de uma forma agravada pelas incertezas e dificuldades específicas da sua actividade.

Mas, em cima disto tudo, foi-lhes ainda aplicado, mais recentemente, um brutal aumento das contribuições obrigatórias para o fisco e para a Segurança Social. Com a aplicação do pacto de agressão, no orçamento de Estado para 2013 o Governo alterou



o regime de IVA para os pequenos agricultores, eliminando a isenção de IVA nas transações e na prestação de serviços agrícolas, medida que fez parte do aumento brutal de impostos.

Também as contribuições obrigatórias para a Segurança Social sofreram aumentos espectaculares que, agora, abrangem até as verbas recebidas a título de subsídios ao investimento e participações comunitárias. Diga-se que esta interpretação oportunista, misturando rendimento pessoal com verbas de investimento, mostra bem que o único objectivo é o de taxar o mais possível os agricultores.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Estes problemas estão na origem do continuada queda do número de produtores agrícolas no país e na Região, desencorajando os existentes e desmotivando, quando não verdadeiramente bloqueando, a entrada na actividade de novos e jovens agricultores.

Este ciclo vicioso acaba pôr por em causa todo o esforço de investimento e modernização realizado ao longo das últimas décadas, já que, apesar dos apoios e subsídios, a actividade agrícola dificilmente consegue ser rentável, em função do peso esmagador da carga fiscal e das contribuições. Com isso, esvazia-se o campo, desertificam-se as nossas freguesias, diminui-se a nossa capacidade produtiva e exportadora, fragiliza-se ainda mais a economia regional no seu conjunto.

Não estará talvez ao alcance das competências deste Parlamento resolver todos estes problemas, mas de certeza não podemos baixar os braços. Podemos e devemos tomar medidas que permitam inverter este ciclo. Podemos e devemos fazer o que está ao nosso alcance para minorar as dificuldades dos nossos agricultores.



Devemos utilizar toda a amplitude da nossa Autonomia, usando neste caso o nosso poder de iniciativa legislativa perante a Assembleia da República para aliviar os pequenos produtores agrícolas dos Açores.

É este o significado e o sentido profundo da nossa proposta. Não se trata de resolver todos os problemas da lavoura açoriana, mas sim de ajudar a melhorar o rendimento dos nossos agricultores e transmitir-lhes um sinal positivo de encorajamento.

Estamos convictos que esta é uma medida justa, necessária e urgente. Esperamos que concordem connosco.

Horta, 17 Abril de 2015

O Deputado do PCP Açores